



XVI ENCONTRO ESTADUAL DO FÓRUM GOIANO DE EJA
Educação de Jovens e Adultos de Trabalhadores em Contexto de Resistência
22 e 23 de novembro de 2019

CARTA DO XVI ENCONTRO ESTADUAL DO FÓRUM GOIANO DE EJA

Nós, participantes do XVI do Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA, reunidos nos dias 22 e 23 de novembro de 2019, no Centro de Educação de Jovens e Adultos do Setor Universitário - Goiânia, manifestamos nossa defesa incontestada da educação pública, gratuita, laica, de qualidade social para todas e todos, frente a todas as ameaças que a educação pública brasileira vem sofrendo nos últimos anos, pela implantação de políticas que restringem direitos, que reduzem as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da educação básica a jovens, adultos e idosos.

A realidade brasileira e goiana da negação do direito a educação se revela nos números. Segundo dados da Pnad/2015 o Estado de Goiás tinha 2.528.296 pessoas de 15 anos e mais que não concluíram a educação básica e estavam fora da escola. Este cenário não sofreu grandes alterações, pois as matrículas, em 2018, no Estado de Goiás desta população de 15 anos e mais alcançou apenas 369.600 alunos (Inep/2018).

A realidade da oferta de escolaridade no Estado de Goiás para jovens, adultos e idosos tem sofrido muitas mudanças nos últimos anos: várias políticas de apoio a modalidade EJA estão ameaçadas pelos cortes nos orçamentos da área da educação (alimentação, apoio a transporte, material didático específico, bolsa permanência); o fechamento das escolas no turno noturno tem sido justificado pela implantação de escolas em tempo integral ou pela falta de demanda; a transferência automática de alunos adolescentes para a modalidade da EJA, inclusive no Ensino Médio; a implantação de alternativas pedagógicas, como a oferta de EJA a distância, sem uma profunda discussão com gestores e professores sobre esta modalidade, para elaboração coletiva da proposta pedagógica, do material adequado e dos processos de avaliação e acompanhamento desta mediação de produção do conhecimento com o uso das tecnologias da comunicação e informação; a defesa de alguns gestores de substituição da oferta presencial dos cursos da EJA por cursos preparatórios para certificação; e ainda, o desânimo de professores e alunos frente aos desafios da modalidade.

Diante dessa realidade e desse contexto, exigimos dos poderes públicos municipais, estaduais e federal que se cumpra o previsto na Constituição Federal de 1988, no que concerne ao direito a educação para todos e todas. Isto deve se materializar começando pela chamada pública que deve ser feita, imediatamente, para ampliar as matrículas em 2020 em todos os segmentos da EJA; pela garantia da formação contínua dos educadores que atuam na modalidade; pela implantação e/ou retomada de políticas de apoio aos educandos para acesso, permanência e conclusão de uma educação básica de qualidade.

Goiânia-GO, 23 de novembro de 2019.